

## **ATA NÚMERO 205/XIII/4.<sup>a</sup> SL**

Aos 11 dias do mês de junho de 2019, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Agricultura e Mar, na sala 05 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Discussão e aprovação de Atas;
2. Distribuição da Proposta de Lei n.º 203/XIII/4<sup>a</sup> (GOV) - "Altera o regime da estruturação fundiária";
3. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1870/XIII/4<sup>a</sup> (CDS-PP) - "Recomenda ao Governo a implementação de medidas regulamentares urgentes de proteção das espécies de cavalos-marinhos em Portugal";
4. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1934/XIII/4<sup>a</sup> (PS) - "Recomenda ao Governo o reforço da fiscalização e a definição de medidas de proteção do habitat da Ria Formosa";
5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2171/XIII/4<sup>a</sup> (PAN) - "Recomenda ao Governo que classifique os cavalos-marinhos como espécies protegidas e crie santuários na ria Formosa para a sua recuperação";
6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2180/XIII/4<sup>a</sup> (BE) - "Recomenda ao Governo medidas de proteção das populações de Cavalos-Marinhos e que constitua áreas de proteção destas espécies";
7. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2172/XIII/4<sup>a</sup> (PSD) - "Recomenda ao Governo a criação de um plano de combate à desertificação territorial";
8. Discussão e votação do Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 965/XIII/3<sup>a</sup> (PAN) - "Altera as obrigações das entidades gestoras das zonas de caça passando a ser obrigatório incluir estimativas populacionais das espécies cinegéticas nos respectivos planos" Deputado autor do Parecer: Nuno Serra (PSD);

9. Discussão e votação do Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 179/XIII/4ª (ALRAA) - "Altera a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as bases da política de ordenamento e de gestão do Espaço Marítimo Nacional" Deputado autor do Parecer: António Ventura (PSD);

10. Discussão e votação do Relatório Final do Grupo de Trabalho - Setor Leiteiro;

11. Escrutínio Europeu - Seleção de iniciativas a escrutinar:- COM(2019)210 - "Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 1388/2013 relativo à abertura e ao modo de gestão de contingentes pautais autónomos da União para determinados produtos agrícolas e industriais" (6ª e 7ª Comissão);- COM(2019)219 - "Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 1387/2013 que suspende os direitos autónomos da pauta aduaneira comum para certos produtos agrícolas e industriais";- COM(2019)243 - "Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) 2019/124 no respeitante a determinadas possibilidades de pesca";

12. Outros assuntos.

16:00 - Audiência com a ANOPCERCO - Associação Nacional das Organizações de Produtores da Pesca do Cerco subordinada ao tema da sardinha e da sua importância em termos económicos e sociais para o nosso país

A reunião foi presidida pelo Presidente da Comissão, Deputado Joaquim Barreto que cumprimentou todos os presentes.

No ponto 1 da OD procedeu-se à Discussão e aprovação das Atas n.º 193 a 199, tendo sido aprovadas por unanimidade.

No ponto 2 da OD procedeu-se à Distribuição da Proposta de Lei n.º 203/XIII/4ª (GOV) - "Altera o regime da estruturação fundiária". Foi nomeado relator o Senhor Deputado Carlos Matias (BE).

Os pontos 3, 4, 5 e 6 discutiram o Projeto de Resolução n.º 1870/XIII/4ª (CDS-PP) - "Recomenda ao Governo a implementação de medidas regulamentares urgentes de proteção das espécies de cavalos-marinhos em Portugal", discussão do Projeto de Resolução n.º 1934/XIII/4ª (PS) - "Recomenda ao Governo o reforço da fiscalização e a definição de medidas de proteção do habitat da Ria Formosa", discussão do Projeto de Resolução n.º 2171/XIII/4ª (PAN) - "Recomenda ao Governo que classifique os cavalos-marinhos como espécies protegidas e crie santuários na ria Formosa para a sua recuperação" e discussão do Projeto de Resolução n.º 2180/XIII/4ª (BE) - "Recomenda ao Governo medidas de proteção das populações de Cavalos-Marinhos e que constitua áreas de proteção destas espécies", foram adiados a solicitação do PS.

O ponto 7 da OD Discussão do Projeto de Resolução n.º 2172/XIII/4ª (PSD) - "Recomenda ao Governo a criação de um plano de combate à desertificação territorial", foi adiado a solicitação do PCP.

No ponto 8 da OD procedeu-se à discussão e votação do Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 965/XIII/3ª (PAN) - "Altera as obrigações das entidades gestoras das zonas de caça passando a ser obrigatório incluir estimativas populacionais das espécies cinegéticas nos respectivos planos".

Usaram da palavra os Senhores Deputados Nuno Serra (PSD), Pedro do Carmo (PS), Carlos Matias (BE) e Patrícia Fonseca (CDS-PP).

O Parecer foi aprovado por unanimidade.

O ponto 9 da OD Discussão e votação do Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 179/XIII/4ª (ALRAA) - "Altera a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as bases da política de ordenamento e de gestão do Espaço Marítimo Nacional", foi adiado a solicitação do PSD.

No ponto 10 da OD procedeu-se à Discussão e votação do Relatório Final do Grupo de Trabalho - Setor Leiteiro.

O Senhor Deputado João Castro (PS) apresentou o Relatório e de uma forma muito sintética descreveu a metodologia seguida e os trabalhos instrutórios desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho, tendo terminado com uma breve apresentação das conclusões e recomendações avançadas pelo Grupo de Trabalho, no Relatório.

Pediu a palavra o coordenador do Grupo de Trabalho, Deputado António Ventura (PSD) para lembrar que durante 3 anos o Grupo de Trabalho realizou audições, audiências, visitas e debates

com diversos intervenientes do setor leiteiro, o que permitiu que a preocupação com a produção de leite fosse mantida na agenda política num momento em que o setor estava em crise. Considerou que a mais importante conclusão a que chegou o Grupo de Trabalho foi a de que a fixação da produção de leite é importante para a fixação das pessoas e constitui um instrumento importante para aumentar o emprego em determinados pontos do país.

Finalizou a sua intervenção, enunciando resumidamente as recomendações propostas pelo Grupo de Trabalho no Relatório, nomeadamente: a defesa do leite enquanto alimento; a defesa do lucro para o produtor de leite; a valorização e reconhecimento da produção de leite enquanto produto português e a continuação do trabalho desenvolvido, por novo grupo de trabalho, na próxima Legislatura.

O Senhor Deputado Carlos Matias (BE) salientou a importância do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho, que, aliás, havia sido constituído num momento em que o setor estava a passar por uma grave crise estrutural, muito mitigada e sensível às flutuações do mercado. Destacou três das preocupações que originaram a constituição do Grupo de Trabalho: a primeira, os custos marginais de produção - o produtor não deve ser pago abaixo do custo de produção), a segunda, a concorrência – existe muita legislação na área da concorrência mas esta parece ser insuficiente ou inadequada para obviar à concorrência desleal neste setor, o que impede uma atuação assertiva sobre o mesmo e prejudica os produtores; e, em terceiro lugar, o problema da regulação do setor, que considera fundamental para pôr cobro à liberdade de produção de leite, preocupação que justificou, aliás, que o Grupo Parlamentar do BE apresentasse um Projeto de Resolução nesse sentido – [Projeto de Resolução 57/XIII\(BE\)](#) - *Recomenda a adoção de iniciativas urgentes para a defesa e sustentabilidade do setor leiteiro nacional na sequência do fim do regime de quotas leiteiras na União Europeia.*

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) referiu que o seu Grupo Parlamentar é contra a posição assumida no relatório em matéria de quotas no setor, nomeadamente, no ponto nove da página 31 do Relatório, mas, ainda assim, iria aprovar o Relatório.

O Relator agradeceu as palavras generosas dos colegas e o esforço feito por todos para ser elaborado um Relatório que fosse ao encontro da posição comum da maioria.

Seguidamente, foi o Relatório submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

No ponto 11 da OD procedeu-se à Escrutínio Europeu - Seleção de iniciativas a escrutinar:-  
COM(2019)210 - "Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 1388/2013 relativo à abertura e ao modo de gestão de contingentes pautais autónomos da

União para determinados produtos agrícolas e industriais" (6ª e 7ª Comissão);- COM(2019)219 - "Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 1387/2013 que suspende os direitos autónomos da pauta aduaneira comum para certos produtos agrícolas e industriais";- COM(2019)243 - "Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) 2019/124 no respeitante a determinadas possibilidades de pesca".

A CAM decidiu escrutinar as iniciativas em apreço, tendo nomeado Relatora a Senhora Deputada Maria da Luz Lopes (PS) para as COM (2019) 210 e COM (2019) 219, para a COM (2019) 243 o PSD indica posteriormente o respetivo Relator.

Gravação:

[http://srvvideo3/site/XIIILEG/4SL/COM/07\\_CAM/CAM\\_20190611\\_1.mp3](http://srvvideo3/site/XIIILEG/4SL/COM/07_CAM/CAM_20190611_1.mp3)

No ponto 12 da OD procedeu-se à Audiência com a ANOPCERCO - Associação Nacional das Organizações de Produtores da Pesca do Cerco subordinada ao tema da sardinha e da sua importância em termos económicos e sociais para o nosso país.

O Senhor Presidente informou sobre a metodologia da reunião e respetiva grelha de tempos dando de imediato a palavra aos representantes da ANOPCERCO cuja delegação tinha a seguinte composição:

Humberto Jorge (Presidente da ANOPCERCO - Associação Nacional das Organizações de Produtores da Pesca do Cerco)

Dr. Jorge Abrantes (Consultor da ANOPCERCO - Associação Nacional das Organizações de Produtores da Pesca do Cerco)

Carlos Cruz (Presidente da APROPESCA - Organização de Produtores da Pesca Artesanal)

Dra. Lara Cunha (Assessora da APROPESCA - Organização de Produtores da Pesca Artesanal)

António Lé (Presidente da CENTRO LITORAL - Cooperativa de Produtores de Peixe do Centro Litoral, CRL)

Nuno Lé (CENTRO LITORAL - Cooperativa de Produtores de Peixe do Centro Litoral, CRL)

Ricardo Lé (CENTRO LITORAL - Cooperativa de Produtores de Peixe do Centro Litoral, CRL)

Miguel Cardoso (Presidente da OLHÃOPESCA - Organização de Produtores de Pesca do Algarve, CRL)

Frederico Pereira (Presidente da Federação dos Sindicatos da Pesca)

Teceram comentários e colocaram questões os Senhores Deputados Maurício Marques (PSD), João Castro (PS), Carlos Matias (BE) e Patrícia Fonseca (CDS-PP).

Os representantes da ANOPCERCO responderam às questões colocadas pelos Senhores Deputados.

Gravação:

[http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/4SL/COM/07\\_CAM/CAM\\_20190611\\_2.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/4SL/COM/07_CAM/CAM_20190611_2.mp3)

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Álvaro Batista  
André Silva  
António Lima Costa  
António Ventura  
Carlos Matias  
Cristóvão Norte  
Francisco Rocha  
Ilda Araújo Novo  
Joana Lima  
João Azevedo Castro  
Joaquim Barreto  
Maria Lopes  
Maurício Marques  
Norberto Patinho  
Nuno Serra  
Odete João  
Patrícia Fonseca  
Pedro do Carmo  
Pedro do Ó Ramos  
Santinho Pacheco  
Ulisses Pereira  
Ana Passos  
Cristóvão Crespo  
José Rui Cruz

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:



Comissão de Agricultura e Mar

---

João Dias  
José Luís Ferreira  
Luís Pedro Pimentel  
Pedro Soares

Palácio de São Bento, 11 de junho de 2019

O Presidente

(Joaquim Barreto)